

## **A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS: O CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA**

### **Franceila Auer**

Universidade Federal do Espírito Santo  
auerfranceila@gmail.com

### **Rennati Taquini**

Prefeitura Municipal de Guarapari  
rennati@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

As primeiras instituições para atendimento à infância no Brasil surgem no século XX capitaneadas pela expansão capitalista, tendo em vista a necessidade de mão-de-obra feminina como doméstica ou como operária. A intensa mobilização popular, em destaque o movimento feminista (CAMPOS, 1999), culminou no reconhecimento do direito à educação infantil pela Constituição Federal (1988). Posteriormente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), ela é consagrada como primeira etapa da educação básica, com vistas ao desenvolvimento integral das crianças de até cinco anos de idade.

Sob a hipótese de que a educação integral vem se desenvolvendo principalmente mediante a ampliação do tempo de permanência das crianças na instituição, percebemos, nesse contexto, que as políticas educacionais atuais, a exemplo de outros momentos da história, têm sido novamente compreendidas como um modo de apaziguar as desigualdades sociais, sem priorizar a universalização do direito à educação integral de qualidade a todas as crianças, sobretudo se considerarmos o seu atendimento em jornada ampliada na educação infantil (ARAÚJO; PEIXOTO, 2017).

Pesquisa realizada por Araújo (2015) em contextos urbanos e rurais, revela que a educação infantil em tempo integral já é uma realidade há tempos nos diferentes municípios do Espírito Santo e evidencia a utilização de critérios predominantes de matrícula em torno do risco e da vulnerabilidade social das famílias e das crianças, bem como comprovação de trabalho materno, nas instituições em que não há vagas disponíveis para todos aqueles que as demandam. Essas questões evidenciam como a pobreza e a exclusão social ainda têm demandado ações paliativas por parte das

instituições educativas, ainda que “[...] a simples dilatação do tempo de permanência do aluno na escola não [tenha] o condão de resolver isoladamente todos os problemas sociais” (MAFFI, 2009, p. 73).

Portanto, uma análise mais apurada dos diferentes processos que vem ocorrendo em torno da organização e implementação dessa experiência é um caminho importante para compreender melhor as motivações que mobilizam as famílias a matriculem seus filhos em creches e ou pré-escolas públicas em tempo integral. Se as questões acima evidenciadas emergem de um contexto mais amplo de pesquisa, foi realizado um survey no âmbito do Grupo de Pesquisa “Infância, Educação, Sociedade e Cultura” – UFES, coordenado pela prof.<sup>a</sup> Vania Carvalho de Araújo, tendo como objetivos caracterizar o perfil socioeconômico das famílias entrevistadas; identificar as motivações das famílias ao matricular seus filhos no tempo integral; e analisar o conjunto de fatores de natureza social, econômica e educacional que mais sobressaem sobre o tempo integral.

## **METODOLOGIA**

Para Babbie (2001, p.78) o *survey* é um método que “objetiva a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas de uma população sobre um assunto”. A pesquisa privilegiou os contextos de Vitória, Cariacica e Vila Velha, porque eram os únicos municípios que ofereciam educação infantil em tempo integral, na rede pública, na época em que o estudo foi realizado.

A amostra foi definida com base na localização da instituição, número de CMEIs e de crianças matriculadas. Como Vitória apresentou o maior número de instituições, ou seja, 29 CMEIs com turmas em tempo integral, foram considerados 40% das instituições localizadas em diferentes bairros do município, totalizando 144 entrevistas. Como Cariacica e Vila Velha contemplavam somente um CMEI com oferta em tempo integral, foi atribuído o percentual de 35% em relação ao número de matrículas no tempo integral, contabilizando 55 e 49 entrevistas realizadas em cada município, respectivamente.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise parcial dos dados nos permitiu identificar como perfil étnico e socioeconômico, que a maioria dos entrevistados possuem idades entre 23 e 42 anos (72,6%), se autodeclaram negros ou pardos (70,6%) e exercem atividade remunerada

(74,6%), compondo a renda familiar que varia entre um a três salários mínimos (51%). As mães foram predominantes nas entrevistas (70,56%), porque são as grandes responsáveis por levar (60%) e buscar (55%) os filhos na instituição. Quando questionados se possuem algum acesso a programas de Governo, 66,1% dos entrevistados respondeu não; 32,3% responderam sim e 1,6% não soube responder. Dos entrevistados que responderam sim, todos disseram receber o Bolsa Família, destes, 2,50% também são beneficiados pelo PROUNI ou pelo FIES.

Considerando apenas os entrevistados que afirmaram realizar atividades de trabalho, identificamos que a maioria (87%) trabalha fora de casa e uma pequena parte (13%) trabalha em casa, sendo que mais de 40% dos familiares possuem uma jornada de trabalho de oito horas diárias, proporcional às horas de trabalho do mercado formal. Um percentual (17,74%) excede esse tempo, trabalhando dez horas diárias ou mais. Há um quantitativo menor de entrevistados que trabalham seis horas diárias (8,87%); quatro horas diárias (1,61%) ou trabalham por escala (0,81%). Em alguns casos, há um descompasso entre a jornada de trabalho familiar e o horário de funcionamento da instituição, o que tensiona a relação social entre escola e família, assim como o direito ao estabelecimento de vínculos afetivos entre as mães e as crianças (ARAÚJO, 2017).

Em relação às motivações para a matrícula na educação infantil em tempo integral, o trabalho fora do lar se apresenta como o principal fator (60,97%); mas também se relacionam à representação da educação infantil em tempo integral como única opção para os seus filhos (4,46%); ao aprendizado, desenvolvimento e socialização da criança (7,44%); ao tempo integral como lugar seguro de proteção, provisão e guarda da criança (8,92%); à qualidade da instituição e do “ensino” em tempo integral (4,46%); a questões financeiras (3,72%) e a outros interesses (10,04%), os quais se destacam as indicações de amigos e vizinhos, a necessidade de mais tempo disponível para a mãe organizar as rotinas domésticas, a proximidade da instituição em relação à casa ou ao serviço, a necessidade de cuidar de outros filhos/crianças, o retorno dos pais/responsáveis aos estudos, entre outros.

Quanto aos fatores de natureza educacional que se sobressaem em relação à educação infantil em tempo integral, a maioria das respostas dos familiares (33,27%) evidenciam o aprendizado dos filhos e a realização de “atividades pedagógicas” durante a sua

permanência no tempo integral, principalmente relacionados a alfabetização. Observamos a partir das menções dos entrevistados sobre o que os seus filhos fazem no tempo integral (“estuda”; “faz muitas atividades”; “aprende a ler e a escrever”; “aprende números e cores”; “estuda, escreve, lê, sabe escrever o nome”; “faz lições”; “aprimoramento da alfabetização”; “a criança se desenvolveu, ficou mais esperta”; “a criança ficou mais inteligente”; “ele desenvolveu a fala e a escrita no tempo integral”);, que a aparente escolarização precoce é vista como algo vantajoso pelas famílias, relacionada ao desenvolvimento e à garantia de um bom futuro para a criança.

Além disso, também percebemos certa ênfase dada à importância da alimentação para as crianças na educação infantil em tempo integral, apontada por alguns entrevistados como uma dificuldade da família em prover refeições adequadas aos seus filhos, como pode ser observado na menção “ela se alimenta na escola e ajuda, porque o dinheiro ganho não é suficiente para alimentação completa”. Nesse caso, há uma correlação de fatores sociais, econômicos e educacionais, porque a escola assume uma função primordial quanto à manutenção da saúde e bem-estar da criança, tendo em vista as condições materiais de vida das famílias. Sem desconsiderar a suma importância da educação infantil em tempo integral, sobretudo em um contexto de pobreza marcado por desigualdades sociais e econômicas, a sua oferta parece capitalizar para si, conforme destacam Araújo e Peixoto (2017, p. 76), “[...] uma responsabilidade em frente aos processos de exclusão por meio de processos compensatórios [...]”.

## **CONCLUSÃO**

Os dados evidenciam que a maior parte das famílias entrevistadas são da classe trabalhadora e algumas estão em situação de pobreza ou extrema pobreza, beneficiárias de programas sociais de transferência de renda. Pelo que podemos depreender, ainda existe no atendimento em tempo integral uma intrínseca relação entre o direito da criança à educação e as necessidades da família, decorrente da própria história da educação da infância pobre no Brasil. No entanto, mesmo que a principal motivação para a matrícula seja o trabalho extradomiciliar da mãe, também há grandes expectativas por parte das famílias em torno do aprendizado das crianças, do desenvolvimento e da socialização, mas especialmente da provisão, com destaque à alimentação na escola e da proteção social.

Como afirma Araújo (2017, p.201), é importante pensarmos o direito à educação infantil em tempo integral com vistas a uma sociedade que “não deixa as crianças fixadas na natureza mesma de sua existência singular e nas contingências da necessidade, mas tomam para si a responsabilidade de apresentar o mundo às crianças para que elas possam criar novos mundos”, o que nos chama atenção para a ampliação da experiência no tempo integral que não seja limitada ao acesso, mas articulada a um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento integral das crianças, como preconizado nas legislações educacionais.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Vania Carvalho de. O “tempo integral” na educação infantil: uma análise de suas concepções e práticas. In: ARAÚJO, Vania Carvalho de (Org.). **Educação infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas**. Vitória: EDUFES, 2015. p. 19-58.
- ARAÚJO, Vania Carvalho de. Educação infantil em tempo integral: em busca de uma *philia* social. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 191-203, jan./mar. 2017.
- ARAÚJO, Vania Carvalho de; PEIXOTO, Edson Maciel. Tempo integral na educação infantil: uma nova “arte de governar crianças?”. In: ARAÚJO, Vania Carvalho de. (Org.). **Infâncias e educação infantil em foco**. Curitiba: CRV, 2017.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- CAMPOS, Maria Malta. A mulher, a criança e seus direitos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 106, p. 117-127, mar. 1999.
- MAFFI, Marla Maria Debastiani. **Políticas de educação infantil e escola em tempo integral: entre a formulação legal e a prática cotidiana**. 2009. 94f. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.